

SINDICATO ACIONA A COPASA NA JUSTIÇA POR IRREGULARIDADES

Em fim de gestão, a direção da Copasa decidiu aplicar uma série de medidas antipáticas, que trazem grande transtorno aos trabalhadores, descumprindo acordos coletivos, acordos extraordinários e ferindo a própria legislação.

Por mais que a direção do Sindicato busque o entendimento, a gestão da empresa não vem cumprindo os

compromissos assumidos e mantém medidas que ferem até mesmo acertos realizados com o Ministério Público do Trabalho (MPT), como no caso das escalas de plantão, que penalizam os trabalhadores no interior.

A Diretoria Plena do Sindicato orientou o jurídico da entidade a acionar a empresa na Justiça em todos os pontos em que não cumpre os acordos coletivos.

Pág 3

Plena autoriza ações judiciais urgentes contra a Copasa



CONTRA O GOLPE NA PREVIDÊNCIA

O governo Bolsonaro prepara o fim da aposentadoria e exige nossa resistência. **Pág 3**



ASSEMBLEIAS APROVAM A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DE TODA A CATEGORIA EM MARÇO

Medida garante estrutura no Sindicato para defender direitos. Os trabalhadores entendem o grave momento que vivemos, com as ameaças de privatizações de estatais de serviços essenciais e responsabilidade pública do Estado, desrespeito aos acordos coletivos de trabalho, mudanças na legislação trabalhista, para eliminar todos os

direitos garantidos na CLT e na Constituição Federal.

Junto com todas as medidas para eliminar direitos trabalhistas das folhas de pagamentos e engordar os lucros dos patrões, o governo investiu no desmanche das organizações de defesa de direitos sociais, principalmente os sindicatos.

Para conseguir desmanchar direitos

consagrados na CLT e na Constituição de 1988, a elite empresarial e política que assumiu o poder procura destruir os instrumentos de mobilização dos trabalhadores, para que não ofereçam resistência aos golpes das reformas trabalhista e previdenciária, além de modificar o Código Civil, para prender, matar e garantir a impunidade de crimes policiais.

Pág 2

CATEGORIA INVESTE NA LUTA SINDICAL

Os trabalhadores participaram de assembleias em todo o Estado e aprovaram a contribuição de um dia de trabalho a ser descontado de toda a categoria em março.

Apesar da decisão, foi resguardado o prazo até o dia 15 de março para manifestação individual de trabalhador contrário ao desconto, que deve ser encaminhada à Copasa, preservando o direito de oposição de todos os companheiros.

É muito importante, no entanto, que cada companheiro lembre das conquistas da categoria através de Acordos Coletivos de Trabalho, com a luta e mobilização dos trabalhadores até em greves históricas. Estes direitos, como também mudanças provocadas pelo governo, precisam ser permanentemente defendidos. Para isto, o Sindicato deve manter os investimentos na estrutura jurídica, nos instrumentos de mobilização e enfrentar quaisquer iniciativas que pretendam arrochar nossas condições de salários e direitos conquistados. Precisamos, ainda, de forte investimento na defesa do saneamento como obrigação e responsabilidade do Estado, de forma a preservar empresas estatais, como a Copasa, da sanha privatizante,



prejudicial ao interesse público e à nossa busca da universalização do saneamento.

Sem sindicato não há direitos! Sem luta não há conquistas! A categoria investe no sindicato para ter capacidade de enfrentamento a todas estas ameaças e proteger os trabalhadores.

CONQUISTAS RECENTES NAS LUTAS DA CATEGORIA

- Manutenção de direitos dos acordos coletivos, pressionados pela reforma trabalhista;
- Antecipação de pagamento da PL (R\$ 2 mil em 2018);
- Manutenção das concessões de Ubá e Montes Claros, ameaçadas de privatização;
- Derrubada da Medida Provisória 844 com pressão sobre o Congresso;
- Mobilização contras as reformas trabalhista e previdenciária;
- Mobilizações contra terceirizações e privatizações.

Sindicatos ampliam luta contra retrocessos

Os sindicatos dos trabalhadores, que travaram importante luta contra o desmonte dos direitos trabalhistas e sociais imposto pelo governo Temer, têm agora um papel ainda mais fundamental na resistência contra as pressões do novo governo federal para quebrar o movimento sindical e destruir o poder de mobilização da classe trabalhadora e do povo brasileiro. Essa é a avaliação do cientista social Rudá Ricci, que fez conferência sobre a conjuntura nacional durante a primeira reunião de 2019 da Diretoria Plena do SINDÁGUA. Ele abordou também o início dos novos governos federal e de Minas Gerais.

“A reforma trabalhista estourou com 90% das receitas dos sindicatos dos trabalhadores e a situação tende a se agravar durante o governo Bolsonaro”, ressaltou o cientista social. “Como o movimento de resistência está nos sindicatos, eles querem quebrar as entidades dos trabalhadores, os movimentos sociais e as ONGs, que são os alvos da política ultraliberal que está sendo implantada no país”.



Segundo ele, a previsão é que sejam fechados cerca de 3 mil sindicatos em dois anos.

Os impactos da reforma trabalhista nas atividades sindicais foram severos, acarretando a fragilização do sistema de representação, o aumento do individualismo na base sindical e a baixa solidariedade na categoria e entre categorias. “Um dos problemas é a flutuação da sindicalização, pois a maioria dos jovens trabalhadores não está interessada no movimento sindical. A juventude só quer fazer carreira, ampliando o individualismo e diminuindo a solidariedade”, destacou Ricci.

Segundo ele, com a pressão do novo governo federal para destruir os movimentos sindicais e sociais, as entidades representativas dos trabalhadores precisam se reinventar, se reestruturar, adotar uma nova pauta, redefinir a relação com a base sindical e inovar na comunicação, utilizando o potencial das redes sociais, principalmente do whatsapp.

“Outro ponto é a realização pesquisas na base sobre as condições de trabalho, mesmo por telefone. É preciso explorar e investir em pequenas pautas. Um exemplo claro é o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que cresceu com pautas pequenas, detectando problemas no chão da fábrica. O sindicato tem que ir ao chão da fábrica. A base é cada vez mais liberal, conservadora, e o sindicato tem um papel fundamental: voltar a fazer o trabalho de base, fazer a formação política”, afirma.

Ricci analisou ainda o início conturbado e pouco efetivo dos novos governos federal e de Minas Gerais. Segundo ele, os primeiros movimentos de Bolsonaro e Zema, anunciando medidas e depois recuando, demonstram que não estão preparados para os cargos que ocupam desde o começo do ano. “Zema só fez sangrar o apoio que tinha”, sintetizou.

Ele acredita que a reforma da Previdência, prioridade do novo governo federal, será aprovada pelo Congresso Nacional. “Vai ter reforma, a não ser que comecemos a reagir para barrá-la. A proposta do Paulo Guedes é muito ruim. Querem acabar com a Previdência pública e adotar o sistema chileno de capitalização, em que o trabalhador recebe 20% do que contribuiu.”

Com o governo novo a direção da Copasa muda para uma postura de truculência

Diretoria Plena do SINDÁGUA orientou o departamento jurídico a buscar a Justiça

Durante as últimas negociações coletivas com os sindicatos unificados - SINDÁGUA e Saemg - sempre discutimos com a Copasa entendimentos para que superássemos os graves problemas herdados da gestão anterior e, principalmente, da crise hídrica enfrentada em 2015.

Os trabalhadores se empenharam exemplarmente para reerguer a empresa, que saiu do “vermelho” para uma condição de grande lucratividade. Tivemos o reajuste de 1,69% pelo INPC, um abono de R\$ 1.500 e antecipação de R\$ 2 mil da PL, além de garantimos todas as conquistas de acordos anteriores, apesar de uma severa ameaça das mudanças introduzidas nas leis pela reforma trabalhista, de 11 de novembro de 2017.

Mas ao final da gestão da empresa, com a mudança política no Governo do Estado, os trabalhadores estão sendo severamente punidos por medidas mesquinhas, injustificáveis, e que só se explicam pela pior hipótese que podemos imaginar, ou seja, cair no gosto do “novo” governador, para manter cargos de direção.

As medidas tomadas são absurdas:



- Reduzir vales transportes, irregularmente, como forma de economizar uma “ninharia” e obrigando trabalhadores a saírem mais cedo de casa;

- Descumprir acordo coletivo e tentar impor escalas de plantão irregulares, que ferem acordo coletivo e a própria legislação e sem atender determinações do Ministério Público do Trabalho, que estabeleceu a data máxima de 27 de março para que fosse definido novo acordo coletivo extraordinário que regulamente as escalas;

- Dar prazo para trabalhadores que tiveram atividade como mesários em eleições do TRE, ameaçando eliminar do sistema as compensações das folgas;

- Alteração na quilometragem para pagamento de alimentação para trabalhadores em viagem, sem respeitar os

acordos coletivos de trabalho;

A empresa permite que gerentes no interior imponham escalas de plantão como bem entendem, desrespeitando os trabalhadores e desorganizando sua vida social e familiar.

O SINDÁGUA buscou de todas as formas que a empresa honrasse sua palavra e respeitasse os acordos coletivos, mas a atitude na gestão da empresa se

mostra autoritária, despreocupada com os impactos nocivos sobre os trabalhadores e alheia a qualquer sanção judicial. Em reuniões com o Sindicato promete uma ação, que sempre não é cumprida, “empurrada com a barriga”.

Este estado de coisas cria na empresa um forte clima de descontentamento e de apreensão, principalmente lembrando que estamos na véspera da data-base, quando discutiremos o novo Acordo Coletivo de Trabalho.

A Diretoria Plena do SINDÁGUA, em reunião realizada nos dias 30 e 31 de janeiro, determinou que o departamento jurídico do Sindicato entrasse com ações judiciais contra todas as irregularidades cometidas pela empresa.

CAPITALIZAÇÃO É O FIM DA APOSENTADORIA

Uma tragédia anunciada para atender aos interesses do mercado. A reforma da Previdência preparada pelo governo ultraliberal de Bolsonaro é perversa para a classe trabalhadora e o povo brasileiro. O projeto é tão cruel que será feita uma grande campanha para tentar convencer a parcela mais pobre da população e a classe média a abrir mão de direitos trabalhistas e sociais.

Apesar da falta de detalhamento, algumas propostas, de acordo com as especulações, são realmente nefastas e representam um severo retrocesso. A reforma de Bolsonaro deverá impor regras duras, como a idade de 65 anos para homens e mulheres se aposentarem; a obrigatoriedade de 40 anos de contribuição para a concessão de benefício integral; regime de capitalização, e ampliação do tempo mínimo de contribuição de 15 para 20 anos. Tudo isso para atender a agenda do capital financeiro.

Uma das principais propostas da reforma é o regime de



capitalização, em que o contribuinte terá uma conta individual, espécie de poupança visando a uma renda complementar na aposentadoria. Segundo especialistas, vai criar uma sociedade de miseráveis do Brasil, caso seja aprovada pelo Congresso Nacional.

Esse sistema não deu certo em países da América Latina em que foi adotado, como Chile, Colômbia, Peru e México. No México, por exemplo, de cada dez trabalhadores, apenas três recolhem contribuição mensal para a Previdência. Em 1997, quando foi feita a reforma da Previdência, 60% dos trabalhadores estavam na informalidade.

Hoje, quando o Brasil pretende seguir o mesmo caminho, 50% dos trabalhadores brasileiros estão na informalidade. Essa situação é fruto da excludente reforma trabalhista, que regulamentou a atividade informal, o trabalho intermitente e a precariedade das relações de trabalho que impedem o trabalhador de contribuir com a Previdência.

Sindicato forte para garantir nossos direitos

Os sindicatos dos trabalhadores enfrentam um enorme desafio, com a continuidade, no governo ultraliberal de Bolsonaro, dos golpes que vêm dizimando direitos trabalhistas e sociais. Após a reforma trabalhista imposta pelo governo anterior, que desmontou a CLT, estão sendo preparados novos ataques a conquistas históricas da classe trabalhadora, que só serão combatidos com mobilização constante e união em torno de nossas entidades de representação coletiva.

A função primordial do sindicato dos trabalhadores é a defesa intransigente dos interesses e dos direitos da categoria que representa. É um instrumento de suma importância para que os trabalhadores enfrentem as pressões e ataques dos patrões e dos governos que os apoiam e mantenham os direitos conquistados com muita luta e determinação, garantindo a nossa valorização e reconhecimento nas relações de trabalho.

A luta coletiva só é possível com o fortalecimento das entidades representativas dos trabalhadores. Nossa força vem da união na defesa dos interesses da categoria, da classe trabalhadora e do povo em geral, para que tenhamos poder de pressão na queda de braço com o patronato e contra os interesses escusos de quem quer destruir nossos direitos. Individualmente somos fracos diante do poder financeiro e dos interesses do capital privado. O novo governo Bolsonaro já mostrou, como era previsto, que dará sequência ao arsenal de atrocidades contra os trabalhadores. Já mostrou claramente que está ao lado dos patrões.

Sindicalize-se. Junte-se aos companheiros que são filiados ao SINDÁGUA e estão na luta em defesa de nossos direitos trabalhistas e sociais, além do combate à destruição de nosso patrimônio público, com a privatização das estatais. A sindicalização, mobilização e participação do trabalhador em sua entidade representativa fortalece a luta de toda a categoria por melhores salários, segurança no trabalho, manutenção e ampliação de benefícios, entre tantas outras conquistas, que só podem ser alcançadas quando os trabalhadores se organizam.

O apoio, a união, a força e a participação de toda a categoria são de suma importância para termos um sindicato cada vez mais forte.

SEM SINDICATO NÃO HÁ DIREITO



UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA



A irresponsabilidade contabiliza mais de 300 mortes na barragem rompida

Crime ambiental da Vale mata mais um rio em Minas

Mais um rio morre em Minas Gerais, destruído por grave crime ambiental da Vale, o segundo em pouco mais de três anos. Depois do Rio Doce, tomado pelo mar de lama tóxica, com rejeitos de minério, que se espalhou com o rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, em 2015, a nova vítima é o Rio Paraopeba, contaminado pelo rompimento da barragem do Feijão, em Brumadinho.

O maior crime ambiental da história do país aconteceu no dia 25 de janeiro, e o lodo tóxico da Vale avança progressivamente, matando o Rio Paraopeba, um dos principais afluentes do São Francisco. Um caminho de destruição da fauna, da flora, de formas de organi-

zação, do trabalho e do lazer das pessoas que vivem na região. No Paraopeba, também é captada parte da água distribuída na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Segundo análise de especialistas, os rejeitos de minério aumentaram em mais de cem vezes a turbidez da água e acabaram com seu oxigênio. Nenhum animal consegue sobreviver nessas condições.

Com a lama, metais pesados, resíduos da mineração que eram armazenados na barragem da Vale em Brumadinho, agora navegam e contaminam o rio. Análises já encontraram altas concentrações de níquel, mercúrio, chumbo, zinco e cádmio no Paraopeba.



Rompimento da barragem da Vale em Brumadinho é o maior crime ambiental do país. Diretores do SINDÁGUA estiveram no local no dia do desastre

